

A REFORMA PEREIRA PASSOS 1902-1906 NO RIO DE JANEIRO E A CONTRIBUIÇÃO PARA O SURGIMENTO DA FAVELA

Eliel Cruz de Morais¹

RESUMO: O presente trabalho traz a análise sobre o processo de favelização do Rio de Janeiro, ou seja, os motivos econômicos, políticos e sociais que contribuíram para o surgimento das favelas e sua existência como um fenômeno urbano. O trabalho perpassa o contexto social da reforma urbana do prefeito Pereira Passos, na primeira metade do século XX e, os impactos na cidade do Rio, sendo o centro a região mais afetada. Além disso, outras análises como as ocupações em morros e encostas, política de habitação ineficaz criando uma segregação socioespacial na cidade onde regiões seriam habitadas por diferentes classes sociais. O texto também traz o olhar estereotipado de classes perigosas pela imprensa junto ao mecanismo de ordenamento territorial da cidade e o racismo de Estado como condição para entender a questão social da população negra no Rio de Janeiro, a mais expressiva dos morros e favelas de asfalto da cidade.

Palavras-chave: Favela, favelização, segregação, racismo de Estado, reforma.

ABSTRACT: The present work brings an analysis of the process of slumming in Rio de Janeiro, that is, the psychological and social reasons that feel anxiety for the creation of slums and their existence as an urban phenomenon. The work permeates the social context of the urban reform of Mayor Pereira Passos, in the first half of the 20th century, and the impacts on the city of Rio, being the center of the region more secure. In addition, other analyzes such as occupations in hills and slopes, ineffective housing policy creating a socio-spatial segregation in the city where regions would be inhabited by certain types of different social classes. The text also brings the stereotyped view of dangerous classes by the press together with the city's territorial organization mechanism and state racism as a condition for understanding the social issue of the black population in Rio de Janeiro, the most expressive of the hills and asphalt slums of the city. City.

Keywords: Favela, favela, segregation, State racism, remodeling.

Para entender o processo de favelização no Rio de Janeiro é preciso analisar a historiografia, o contexto das reformas urbanas de Pereira Passos, chegando ao fenômeno social da favelização. Esse contexto remonta a primeira metade do século XX, quando o Rio de Janeiro era capital federal da recente República, o presidente era Rodrigues Alves, que mostrava um forte interesse de transformação do espaço em algo próximo aos padrões urbanos da Europa. Junto ao prefeito do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos (1902-1906), articulou uma reforma de cunho urbanístico realizada na capital federal, onde os objetivos eram a criação de uma “nova rede viária, melhoria das condições de salubridade pública e o embelezamento

¹Licenciado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e discente em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

VARIA

urbano, no qual introduziria o Rio de Janeiro aos padrões da *Belle Époque*.” (SILVA, 2018, p. 2).

Para compreendermos a relevância das mudanças que foram operadas na cidade com a reforma, e como esta reforma significava um projeto de cidade específica, é necessário verificar o cenário urbano que levou a tais reformas. A cidade do Rio de Janeiro, na virada do século XIX para o XX, ainda guardava resquícios de seu passado escravista e colonial. As ruas eram estreitas, sediavam casarões, transformados em cortiços e casas de cômodos, devido ao crescimento da população da cidade. Esta expansão verificou-se devido ao afluxo de pessoas oriundas do Vale do Paraíba, região do interior fluminense, já com sua produção cafeeira decadente, como também pelo cenário pós abolição da escravatura em que se acreditava que a oferta de trabalho seria maior num cenário urbano. (ANDRADE, 2018, p. 4).

No entanto, antes mesmo do processo abolicionista a cidade do Rio de Janeiro já vinha dando sinais de crescimento populacional como os anos de 1870 e 1890, de acordo com Souza e Silva e Barbosa, J (2005, apud SANTANA e SOARES, 2005, p. 2) quando a população passou de 235 mil para 520 mil habitantes. Um crescimento de vinte por cento em vinte anos. O desemprego era comum entre a população pobre e negra, vítima de um profundo descaso por parte do governo desde a abolição, visto que a mesma não veio acompanhada por nenhuma política de reparação social que estruturasse os meios de subsistência para essas pessoas, fazendo engrossar a grande massa desempregada e ocupantes de subempregos na capital da República, Rio de Janeiro. Devido ao descaso na inserção social da população negra, junto à ação deliberada do poder público, ignorando as necessidades e peculiaridades dessas pessoas, podem ser verificadas ainda hoje, 130 anos depois da abolição, constatando através de dados estatísticos onde os índices de pobreza, analfabetismo e subemprego ainda são maiores entre a população negra e parda que a branca. Grande parte desse crescimento desordenado se deu por conta de alguns motivos, são eles: afluxo de pessoas oriundas do Vale do Paraíba, região do interior fluminense, por conta da decadência em que a produção cafeeira se encontrava no cenário pós abolição da escravidão. Boa parte da região portuária era ocupada por africanos e seus descendentes, como a região do Valongo, que compreendia as imediações do Largo de São Francisco da Prainha, Pedra do Sal e pelos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, zona portuária do Rio, grande zona de concentração do comércio de africanos escravizados. Era uma região de sociabilidade negra. Hoje, conhecida como a Pequena África dentro do Rio. Esse cenário contribuiu para a formação de um depósito de pessoas, um exército industrial de reserva, gerando descompasso entre o crescimento populacional e a geração de emprego e renda sendo a população pobre e negra marginalizada pelo processo de reprodução do capital, gerando

graves problemas como a falta de moradia e emprego.

Tabela 3.3 - Proporção da população residente em domicílios com acesso aos serviços de saneamento básico, por condição de ocupação do domicílio e por tipo de serviço, segundo as Grandes Regiões e cor ou raça - Brasil - 2019						
Grandes Regiões e cor ou raça	Proporção da população com acesso aos serviços de saneamento, por condição de ocupação do domicílio (%)					
	Total			População residente em domicílios próprios		
	Acesso à rede de abastecimento de água	Acesso à rede de esgoto	Acesso à coleta de lixo	Acesso à rede de abastecimento de água	Acesso à rede de esgoto	Acesso à coleta de lixo
Sudeste	92	88,1	97,0	92,2	87,7	96,9
Branca	93	90,7	97,7	93,2	90,2	97,6
Preta	92	86,4	97,1	92,2	85,4	97,0
Parda	90	85,3	96,0	90,8	84,8	95,9
Preta ou Parda	90	85,8	96,2	91,1	84,9	96,1

(Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2019)

Diante disso, o Rio de Janeiro, torna-se a região com uma grande quantidade de escravizados, vendedores ambulantes, trabalhadores imigrantes, etc. amontoando-se em habitações precárias da cidade, como os cortiços, em sua maioria casarões abandonados e repartidos em vários cômodos. Sobre o projeto urbanístico, Pereira Passos possuía bons objetivos, exceto pelo fator socio-segregador que estava implícito em seus ideais de homem branco e rico daquele tempo, tratando-se de uma “limpeza étnica e racial”, parte do objetivo por detrás dos ideais reformadores, tendo assim o fim dos cortiços e empurrando a população mais pobre, principalmente os negros, para os morros e áreas mais afastadas e menos nobres do centro. (SILVA, 2018, p. 2) Com a influência do capital a especulação imobiliária assume o lugar de contribuir para que a classe social economicamente mais baixa não ocupasse áreas agora destinadas daqueles que “mereciam” desfrutar de tal processo urbanístico, ou seja, a classe média e burguesia carioca. (SILVA, 2018, p. 2).

Era criada uma espécie de depósito de pobres. Outro fator importante para o projeto de reforma da capital era o fato do Rio de Janeiro ser uma região onde proliferavam diferentes doenças contagiosas que se propagavam rapidamente. Segundo SILVA, a capital carioca era o berço de um apanhado de doenças contagiosas “A falta de planejamento urbano e de infraestrutura sanitária fizeram com que o Rio se tornasse foco de uma variedade de doenças

VARIA

como a febre amarela, varíola, sarampo, disenteria, difteria, tuberculose e até mesmo a peste bubônica”(SUPPIA & SCARABELLO, 2014, apud SILVA, 2018, p. 4). O projeto de embelezamento na gestão de Pereira Passos era tornar o Rio de Janeiro o mais notável centro de atração do mundo e, sendo ele engenheiro, realizou uma das maiores e notórias reformas urbanísticas de todos os tempos. Pereira Passos tinha como referência de sua idealização de reforma urbana a cidade francesa, Paris. A grande questão sobre os cortiços era a acusação de as habitações causarem grande insalubridade pela cidade, principalmente na região central relacionada ao precário calçamento, falta de distribuição de água e coleta de esgoto, estando os cortiços como parte de um discurso sanitaria como o único foco do problema.

A população negra sobe o morro

Com o processo de abolição ocorrido em 1888, grande parte da população negra passou a ser mais expressiva na cidade do Rio de Janeiro, o que contribuiu para o fomento da vinda de imigrantes brancos europeus como parte do projeto higienista de branqueamento da população, imbuídos de darwinismo social e racialismo. As autoridades acreditavam que o branco europeu traria consigo civilidade e mão de obra para substituir os negros que já não eram mais escravizados e mesmo assim continuavam com o direito de cidadania negado. Esse processo está intimamente relacionado ao processo de abolição, no 13 de maio de 1888, como podemos ler na citação abaixo:

ainda durante o Império do Brasil, S.A. I a princesa Isabel, assina a Lei 3353/88, conhecida por Lei Áurea, que decretava a libertação de todos os cativos, findando assim a escravidão em terras brasileiras. Aqui, apresentam-se alguns desafios: o Império não indenizou os proprietários desses escravos recém libertos, bem como não teve tempo de realizar o processo de integração do ex-cativo à sociedade, visto que, a República golpeou o regime político monárquico existente (SILVA, 2018, p. 2).

Essas ideias iam de encontro ao pensamento eugenista, desenvolvido por Francis Galton (1822-1911):

que sustentava que a raça humana poderia ser melhorada evitando cruzamentos indesejáveis e incentivando os cruzamentos entre o estoque de “indivíduos superiores” e a partir disso desenvolveram-se teorias como a de Cesare Lombroso (1835-1909), criminologista italiano que associava características físicas à maior incidência de violência e psicopatia. No Brasil, suas ideias tiveram repercussão na obra de Raimundo Nina Rodrigues, *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*, (1894), e *Os Africanos no Brasil*(1932), em que o autor defende que as raças humanas possuem características que as diferenciariam drasticamente; que deveriam haver códigos penais diferentes para raças diferentes; e por fim que os negros seriam inferiores aos brancos, tanto intelectual quanto psicologicamente, sendo assim

VARIA

propensos a cometer mais crimes, pois isso seria inerente à sua natureza. Afirma ainda que as “raças inferiores” eram capazes de atrocidades e de atos antissociais, cabendo à civilização superior da raça branca controlar e coibir estes atos. Alega também que a miscigenação criava uma predisposição à criminalidade, comprovada através de estudos sobre a incidência étnica nos registros criminais. Infelizmente não considerava que a pobreza, e não a raça, pudesse ter algo a ver com esta questão. (ANDRADE, 2018, p. 14).

Esse processo de negação de direitos aos ex-escravizados se relaciona à ocupação desses em diferentes morros na cidade. Sendo esses os mais oprimidos, sem a devida integração ao mercado de trabalho e tendo em vista que o processo urbanístico de Passos com o objetivo de reestruturar a cidade com prédios e moradias aceitáveis, chocou-se com um problema: a população mais pobre e que para Passos não seria um problema de resolver. Só que o grande problema estava na própria empreitada urbanística fazendo nascer o processo de favelização junto à segregação sócio espacial que, segundo SILVA:

Tida até hoje por muitos como uma iniciativa de modernização excludente, a Reforma Pereira Passos também costuma ser apontada como responsável pelo surgimento das primeiras favelas no Rio de Janeiro, uma vez que a população trabalhadora mais pobre caracterizada pelos negros ex-cativos expulsa de suas casas no centro próximos ao local de trabalho. (SUPPIA & SCARABELLO, 2014, apud SILVA, 2018, p. 4)

Entre o final do século XIX e início do XX, os trabalhadores passaram a ter dificuldades em manter os elevados custos de vida na cidade como o custo dos transportes coletivos que existiam aquela época. Os aluguéis eram caríssimos por conta da valorização especulativa. Devido a maior parte desses obstáculos, essa população viu a necessidade de se fixar próximo ao mercado de trabalho, a maioria deles localizados no centro da cidade, em ocupações de morros localizados nas proximidades da cidade. A grande procura insistente por moradias também foi um fator que agravava o déficit habitacional da cidade do Rio de Janeiro. Todos esses acontecimentos fizeram surgir a autoconstrução como alternativa popular de moradia que geralmente eram barracos nas encostas íngremes dos morros no entorno do centro da cidade construídos com materiais de madeira, chapas de zinco, materiais que geralmente eram descartes de obras da Avenida Brasil ou até mesmo fruto do processo de demolições (SANTANA E SOARES, 2005, p. 2). Diante disso, a destruição dos cortiços cederia espaço à visão modernista de Passos, configurando a expulsão e obrigando o deslocamento da população pobre e negra para áreas menos valorizadas. Tal dinâmica espacial compreendida da população negra que era excluída pelo processo “civilizatório” de Pereira Passos se mostrava de forma que sempre tiveram suas condições de vidas voltadas para o “resto”, em contrapartida, os

VARIA

casarões antigos ocupados no centro eram abandonados pela elite que migrara para a emergente região nobre carioca, a Zona Sul, modificando aquele espaço em todos os sentidos. É importante a reflexão que se faz sobre a reforma de Pereira Passos, através de diferentes leituras e entender o objetivo que foi de organizar a cidade do ponto de vista higienista e classista, segregando espaços de acordo com critérios de classe e cor. O morro da Providência foi parte desse fenômeno como a primeira favela da cidade do Rio de Janeiro, ela surgiu nas imediações dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Inicialmente, o morro da Providência foi ocupado por soldados veteranos que retornaram da Guerra de Canudos, depois da destruição do movimento messiânico de Antônio Conselheiro, adepto do monarquismo e inconformado com o processo da Proclamação da República. A ocupação do morro por esses soldados se deu pelo não cumprimento da promessa do governo e das forças armadas por moradia na Capital da República e devido aos meses de espera sem uma efetiva resposta do governo, e sem condições de se manterem em pensões e ocupações provisórias, eles optaram pela ocupação definitiva nas encostas do Morro da Providência, segundo Zaluar, A e Alvito M (1998, apud Santana e Soares, 2005, p. 3).

A segregação socioespacial e o estereótipo de classes perigosas forjado pela imprensa

O processo de ordenamento territorial e exclusão se deu a partir da modernização de modo diferenciado, levando em consideração a distribuição da população em seu espaço. Para SANTANA & SOARES (2005, p. 5) a noção de geografia da cidade passou a ser forjada pelo poder público e pelo capital monopolista de tal maneira que modernidade, segregação e exclusão fariam parte da lógica de sua inserção em uma divisão territorial do trabalho em escala internacional. Exemplo disso foi a Avenida Central que rasgou o Centro da cidade no sentido norte/sul. Com isso 1800 metros de comprimento e 83 de largura, a avenida foi responsável pela demolição de 585 prédios, desencadeando simultaneamente uma forte segregação espacial e um eficaz controle do espaço urbano. Parte dos morros do Castelo e São Bento foram arrasados pelas reformas da capital federal para ceder espaço e manter o traçado retilíneo das avenidas. (SANTANA & SOARES, 2005, p. 6). A Reforma Passos reforçava o seu intuito discriminatório ao contribuir para os conflitos entre interesses populares e interesses do grande capital, do qual o Estado, representado na pessoa de Francisco Pereira Passos, era representante. A remoção da população pobre de baixa renda da área central da cidade foi parte do componente inerente à reforma na medida em que o processo de remodelamento do centro da cidade significava a sua valorização:

VARIA

Os cortiços – padrão habitacional popular dominante no centro da cidade – foram, em sua imensa maioria, demolidos cedendo lugar às novas paisagens urbanas. A resistência popular não foi suficiente para conter o ímpeto das forças transformadoras que estavam por trás da reforma urbana. (SANTANA & SOARES, 2005, p. 9)

A Reforma Pereira Passos passou a ser um evento histórico que é de relevância para entendermos o processo de favelização da cidade do Rio de Janeiro, visto que tal modalidade de habitação nas favelas passou a ser uma estratégia e um direito à cidade das camadas desprivilegiadas pelo poder público. Entende-se, portanto, que a destruição dos cortiços no Rio de Janeiro pode também ser entendida a partir de uma perspectiva de consolidação do capitalismo no país alinhada aos esforços de afastamento da população pobre de toda e qualquer possibilidade de exercício de poder. Outro fator que teve relevância nesse processo de segregação e reforço de estereótipos foi a imprensa, que veiculava uma imagem deturpada e caricata da população “favelada.” Os jornais cariocas se empenhavam em estigmatizar padrões comportamentais dos moradores e moradoras das favelas, tidos sempre como “vagabundos” e “desordeiros”. Grande parte dos veículos de comunicação estavam empenhados num duplo movimento de impor uma ordem social aos moldes estrangeiro, numa perspectiva eurocêntrica e de construção de um Rio de Janeiro como capital de uma nova institucionalidade que era a República. A imprensa se mostrava como um veículo deflagrador do processo de estigmatização dos moradores das favelas, desprovidos de humanidade por diferentes veículos, construindo uma ideologia para explicação da inferioridade social e do perigo que tal classe representava. A estigmatização dos moradores das favelas no contexto das reformas urbanas seguiu firme com a *Gazeta de Notícias*², cujo caráter governista podia ser visto em seu apoio incontestante às reformas urbanas, o que gerava textos extremamente simpáticos ao prefeito. (MATTOS, 2009, p. 156) Parte desse processo de construção das representações sociais da favela, a gênese que remonta a diferentes descrições e imagens deixadas por escritores, jornalistas e reformadores sociais do início do século XX contribuiu para ideias que eram divulgadas a todo o vapor àquela época, de diferentes escritas permitiram a criação e desenvolvimento de um imaginário coletivo sobre a ideia de microcosmo da favela e a população que a habitava, opondo favela e cidade,

Esses escritores e intelectuais, apesar de pertencerem a diferentes tendências ideológicas e políticas, ou perseguirem distintos objetivos em suas visitas aos morros, percebiam da mesma forma o que representavam tais áreas e seus

² A *Gazeta de Notícias* foi um periódico surgido no Rio de Janeiro nos anos de 1875 e 1956.

VARIA

habitantes no contexto da capital federal e da jovem República. Seus pontos de vista remetiam a um mesmo conjunto de concepções, a um mesmo mundo de valores e ideias. Suas representações convergiam para o estabelecimento de um arquétipo da favela, um mundo diferente que emergia na paisagem carioca em contracorrente à ordem urbana e social estabelecida. (VALLADARES, 2005, p. 28).

Tais intelectuais, como parte de uma classe dominante, e em sua maioria com formação na área de direito, compartilhavam de um mesmo hábito de classe social dominante mesmo que trabalhassem em diferentes órgãos de imprensa, ainda assim, estavam juntos na defesa de determinados interesses políticos como o fim das habitações coletivas no núcleo central da capital federal que crescia rapidamente e ameaçando a fraca estabilidade que existia entre as diferentes classes sociais que usufruíam dos serviços oferecidos pela cidade. De uma forma geral, a grande imprensa na Primeira República tinha posições diferentes com relação ao processo das reformas urbanas de Passos, uma dessas posições se chocava com as reformas por afetar diretamente os interesses de proprietários de imóveis localizados na região central da cidade do Rio de Janeiro. Outras posições iam de encontro a elogiar a reforma urbana, sendo considerada um grande empreendimento em prol da civilização. Era um consenso a forma como a grande imprensa via a população pobre, sempre retratados de forma preconceituosa e pejorativa, vistos como anti-higiênicos, imorais e propensos a criminalidade, concepções eugenistas e a ideia de determinismo biológico.

O mecanismo de ordenamento territorial

O mecanismo de ordenamento territorial do Rio de Janeiro se deu de forma excludente por afetar a população que habitava aquela região do centro com ruas estreitas e mal arejadas, becos escuros e os famosos cortiços multifamiliares de pessoas que buscavam trabalho na grande capital que era o Rio de Janeiro aquela época. Outro aspecto que contribuiu para o processo de ordenamento classista e higienista na cidade eram as condições precárias em que vivia a população que sofria constantemente com doenças do tipo febre amarela, varíola, peste bubônica e tifo. Todos esses aspectos se transformaram em ameaças ao processo econômico da cidade como o afastamento de navios que atracavam no antigo porto da cidade ao ponto de companhias de viagens europeias propagandear o Brasil como foco de epidemias. A forma diferenciada de modernização da cidade com ênfase na distribuição da população em seu espaço. O Estado junto ao capital monopolista forjou a geografia da cidade numa lógica de segregação social e racial. A ideia era inserir a cidade do Rio de Janeiro nos cânones capitalistas facilitando a inserção da lógica de reprodução ampla do capital e trazendo transformações, nem

VARIA

sempre muito boas, econômicas, políticas, sociais e culturais. Para que esse projeto fosse possível foi necessário a execução da reestruturação interna da cidade com o objetivo de eliminar, apagar os resquícios, qualquer traço que remetesse a lógica colonial e mercantil. (SANTANA & SOARES, 2005, p. 5).

Pereira Passos entrou para história como o responsável por realizar a maior reforma urbana na cidade do Rio de Janeiro. Isso serviria para o Estado inserir na lógica dessa organização o imaginário social de *desordem* e utilizando a violência como motivo para legitimar o reordenamento territorial e seguindo padrões franceses como modelos. Os boulevards franceses, facilitando a circulação e embelezamento do Rio. O governo federal facilitaria esse processo de transformação executando outras reformas como a Avenida Central, atual Rio Branco e as avenidas radiais Francisco Bicalho, Rodrigues Alves e a Avenida Beira Mar construídas na administração de Pereira Passos, dando acesso mais rápido ao centro da cidade e os bairros do entorno. O exemplo de Foucault (1987), com a análise da França do século XVIII, trazendo o questionamento acerca do Estado delimitar e ordenar o espaço da cidade com o objetivo de disciplinar todo o conjunto territorial e com isso favorecer os problemas urbanos para promover uma medicina social:

“A primeira das grandes operações da disciplina é então a constituição de <<quadros vivos>> que transformam multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidade organizadas (...) O quadro no século XVIII, é ao mesmo tempo uma técnica de poder e um processo de saber. Trata-se de se organizar o múltiplo, de se obter um instrumento para percorrê-lo e dominá-lo; trata-se de impor uma “ordem” (Foucault, M. 1987 p. 135 apud SANTANA & SOARES, 2005, p. 7).

Passos também promoveu outras aberturas na cidade como a Avenida Mem de Sá e Salvador de Sá no Centro da cidade e na Avenida Atlântica e Túnel Novo que ligaria Botafogo à Copacabana na zona sul. A prática da desapropriação e demolição para alargar as ruas da cidade e a inclusão do saneamento básico, canalizando diversos rios e o lixo urbano que passara ser recolhido por funcionários da prefeitura. Medidas foram impostas como a proibição da circulação de animais, a venda de bilhetes de loteria, comércio ambulante, cuspir e urinar nas ruas com forte caráter civilizatório sobre a população. Outra personalidade importante nesse processo histórico do Rio de Janeiro foi o médico sanitário Oswaldo Cruz que erradicou doenças como a febre amarela, caracterizado pela forte influência da medicina urbana francesa e pela apropriação que o Estado faz sobre os espaços e corpos. Nesse momento, um acontecimento importante foi resultado da política sanitária de Oswaldo Cruz, a Revolta da Vacina, com a aprovação da lei da vacina obrigatória em 31 de março de 1904, deu o estopim

VARIA

para as tensões sociais reprimidas ganharem às ruas. Suas medidas autoritárias para executar seu plano de erradicação das doenças que castigavam a capital do país como a invasão de residências para vacinação à força, o que causava repulsa na população. Isso acabou atribuindo ao Estado a responsabilidade de violar o domínio do sagrado lar e liberdade individual do cidadão. (CARVALHO, J. 1987 apud SANTANA E SOARES, 2005, p. 8).

Todo esse processo de urbanização imposta por Pereira Passos, foi o principal motivo para as ocupações desordenadas dos morros da área central, como os morros da Previdência, localizado na zona portuária e o morro do São Carlos, no bairro do Estácio. O mecanismo de ordenamento territorial durante esse período contribuiu para o agravamento da crise habitacional, um problema que persiste até os dias atuais, o que acabou promovendo o crescimento das favelas e da segregação socioespacial. Todas essas mudanças também carregavam o objetivo da criação de espaços diferenciados de acordo com as diferentes classes sociais, impondo uma lógica e disciplina, reduzindo tensões sociais que eram presentes na urbe como expressa Michel Foucault, quando diz:

(...) o princípio da “clausura” não é constante, nem indispensável, nem suficientes nos aparelhos disciplinares. Estes trabalham o espaço de maneira muito mais flexível e mais fina e em primeiro lugar segundo o princípio da localização imediata ou do quadriculamento. Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar cada indivíduo...o espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos há a repartir...A disciplina organiza um espaço analítico” (Foucault, M. 1987 p. 131 apud SANTANA & SOARES, 2005, p. 9).

O racismo de estado frente as favelas

Aqui, faremos uma breve abordagem do fenômeno conhecido como Racismo de Estado, apontando as diferentes formas de racismo reproduzidos. Como é dito no início do texto, as favelas cariocas são ocupadas por maioria de pessoas negras e pardas e isso está diretamente relacionado a questão étnico-racial e econômica do Rio de Janeiro e todo o processo de exclusão social dessas pessoas. Vale ressaltar que o objetivo aqui é mostrar uma abordagem sobre o racismo e suas diferentes formas, buscando evidenciar que o desenvolvimento do racismo está relacionado aos interesses das antigas sociedades e dos Estados Modernos que vivenciaram o processo de expansão colonial e de dominação sobre outros povos sem muito aprofundamento no assunto. Sendo assim, o Estado, após a modernidade, passa a funcionar de forma que opera pelo racismo. Esse mecanismo se tornou uma racionalidade, onde a existência de um corte biológico define o que deve viver e o que deve morrer. Porém, a morte aqui pode ser de

VARIA

diferentes formas e não apenas como aniquilação física do indivíduo. A morte política, a rejeição, a precarização dos serviços públicos utilizados por indivíduos socialmente vulneráveis, são formas de morte. Dessa forma, é realizado um corte feito no contínuo biológico da espécie humana e pela hierarquização racial e social, onde certas raças são qualificadas como boas e outras como ruins. Esse tipo de poder fragmenta o campo biológico e social defasando e deixando morrer no interior da população determinados grupos em relação a outros. (OLIVEIRA, 2018, p. 54). Portanto, o pensamento dominante de uma época, é o pensamento da raça dominante, o racismo, estruturado no imaginário social e de modo que opera nos Estados que condena à morte indivíduos pertencentes à raça por eles considerada inimiga, perigosa política e socialmente. Vale ressaltar que o racismo é fruto do processo de escravização dos africanos e não o contrário.

Sendo assim, o pensamento racista, o tipo de racismo exercido pelo Estado é sempre um racismo biológico onde a sociedade vai exercer sobre ela mesma com o objetivo de fazer um corte entre os que devem viver e os que devem morrer, racismo que é exercido apenas sobre determinados grupos. Parte desse pensamento racista teve contribuição da filosofia e pseudociências, constituindo-se o que entendemos por pensamento racista, que penetrou no imaginário social e contribuiu para a manutenção de uma ideologia que acredita na superioridade racial, onde a branquitude³ é vista como superior as demais raças/etnias e o modelo civilizatório a ser seguido (OLIVEIRA, 2018, p. 56). Um exemplo de como a filosofia enxergava o negro, Immanuel Kant, filósofo prussiano, em um de seus trabalhos intitulado *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*, de 1764, descreve sua percepção sobre as diferentes manifestações negras e sobre os indivíduos, mostrando uma visão totalmente eurocêntrica e pensamento racista, Kant diz que:

Os negros da África não possuem, por natureza, nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo. O senhor Hume desafia qualquer um citar um único exemplo em que um Negro tenha mostrado talentos, e afirma: dentre os milhões de pretos que foram deportados de seus países, não obstante muitos deles terem sido postos em liberdade, não se encontrou um único sequer que apresentasse algo grandioso na arte ou na ciência, ou em qualquer outra aptidão ;já entre os brancos, constantemente arrojam-se aqueles que, saídos da plebe mais baixa, adquirem no mundo certo prestígio, por força de dons excelentes. Tão essencial é a diferença entre essas duas raças humanas, que parece ser tão grande em relação às capacidades mentais quanto à diferença de cores. A religião do fetiche, tão difundida entre eles, talvez seja

³ Branquitude é um termo que se opõem a negritude, ou seja, refere-se ao ponto de superação do ideal branco pela aceitação dos privilégios por parte dos brancos, um pacto narcísico. JESUS, Camila Moreira de. Branquitude x Branquidade: uma análise conceitual do ser branco. III Encontro Baiano de estudos em cultura. 2012.

VARIA

uma espécie de idolatria, que se aprofunda tanto no ridículo quanto parece possível à natureza humana. Apluma de um pássaro, o chifre de uma vaca, uma concha, ou qualquer outra coisa ordinária, tão logo seja consagrada por algumas palavras, tornam-se objeto de adoração e invocação nos encantamentos. Os negros são muito vaidosos, mas à sua própria maneira, e tão matraqueadores, que se deve dispersá-los a pauladas (KANT, 1993, pp. 75-76 Apud OLIVEIRA, 2018, p. 58).

Junto a Immanuel Kant, somam-se outros filósofos que são referências no currículo de formação acadêmica intelectual da humanidade, outras referências no campo das ciências sociais que também tem como a lógica do pensamento racista nas produções como: Augusto Comte (1798-1857), Alexis Tocqueville (1805-1859), Max Weber (1864-1920) e Émile Durkheim (1858-1917). Ainda que o tempo e espaço sejam considerados como fatores para o pensamento construído, são homens de sua época, mas é preciso admitir que esses pensadores influenciaram no *modus pensante* posterior ao tempo em que foi difundido, ratificando a construção de uma concepção de mundo depreciativa sobre negros e sua cultura (OLIVEIRA, 2018, p. 59).

Dessa forma, o Estado passa a utilizar a biopolítica como ferramenta de controle social, Foucault, demonstra isso em *A Política é a guerra continuada por outros meios*, onde diz que o discurso histórico da luta das raças assume uma nova tonalidade onde não se trataria mais de defender a sociedade e todo o seu conjunto de instituições contra os inimigos externos, trata-se, agora, de uma defesa da sociedade contra os perigos biológicos dessa outra raça, da subraça, da contrarraça que estamos, sem querer, constituindo. Nesse momento, a temática racista deixa de ser o instrumento de luta de um grupo social contra outro servindo à estratégia global dos interesses conservadores (FOUCAULT, 2005, p. 73 Apud DANNER, 2020, p. 7). Foucault, defende que esse fenômeno está associado aquilo que ele denominou de *estatização do biológico*, ou seja, a necessidade de desenvolver uma tecnologia de poder que se aplique não mais aos indivíduos e seus corpos, mas a vida e ao conjunto de processos biológicos da espécie humana como natalidade, morbidade, incapacidades biológicas, doenças etc. Uma nova tecnologia do poder onde Foucault chama de biopolítica e que está associada ao aparecimento da população como um problema científico e político. A biopolítica, então, se ocupa desse fenômeno de massa e utiliza de dispositivos normalizadores como estatísticas e medições onde o objetivo seria a gestão de regular os processos populacionais. Foucault diz, assim:

[...] aquém, portanto, do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder de soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia de poder sobre a população' enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de 'fazer viver'. A soberania fazia morrer

VARIA

e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer (FOUCAULT, 2005, p. 294 Apud DENNER, 2020, p. 11).

Esse mecanismo faz desempenhar uma segunda função no âmbito dos estados modernos, uma função positiva e com a lógica de “quanto mais você matar, mais você fará morrer. Dessa forma, o racismo passa a ser inserido nas tecnologias de poder modernas dentro de uma nova configuração no sentido biológico e não mais de poder militar onde o objetivo seria a eliminação da raça ruim, considerado degenerado, inferior e anormal (DENNER, 2020, p. 12). Outra forma de entender a desigualdade entre a população pobre que habita os morros e favelas de asfalto é a defesa de Mattos (1999, p. 11) que as sociedades do Antigo Regime naturalizavam as desigualdades sociais, como uma ordenação divina, um dos motivos da sociedade escravista não chamar tanta a atenção. Assim como ideias biologizantes e teorias raciais, criadas no século XIX, surgem como defesa de naturalizar as desigualdades sociais que incidiam sobre grupos marginalizados e considerados racialmente inferiores e isso também era usado como justificativa para negação de direitos civis durante muitos anos mesmo após o processo de abolição em 1888. Também não podemos deixar de levar em consideração o medo Haitiano que os estados americanos recém independentes tinham da população negra local de cometer um massacre contra os brancos como aconteceu na colônia francesa, São Domingos na Revolução Haitiana. Seria mais um mecanismo para precarizar as condições de vida da população negra. Nascimento (1978, p. 48) volta um pouco mais atrás da nossa história para entender o presente racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira quando aborda a “descoberta do Brasil” pelos portugueses no ano de 1.500 e, a imediata exploração que se iniciou no solo brasileiro simultaneamente com o aparecimento da raça negra que fertilizou o solo brasileiro de lágrimas, sangue, suor e o martírio da escravidão. Os africanos capturados e trazidos para o Brasil, por volta de 1.530, sob correntes, já chagavam aqui exercendo o papel de “força de trabalho”, ou melhor, trabalho forçado. Já no ano de 1.535, o comércio de escravos para o Brasil estava permitido juridicamente e aumentando em proporções significativas o número de cativos. Diante dessa realidade, seria quase impossível estimar um número exato de escravos entrados no Brasil, não apenas pela ausência de políticas estatísticas, mas principalmente, pela consequência da circular de Nº 29 de 13 de Maio de 1891, assinada pelo então Ministro das Finanças Rui Barbosa, onde ordenou a destruição pelo fogo de qualquer documento histórico e arquivos que relacionassem o comércio de escravos a quantidade exata de africanos e afro-brasileiros escravizados no Brasil. O negro no Brasil teria um papel fundamental para o começo da história econômica, sob o signo de um parasitismo imperialista onde sem o escravo a estrutura econômica do país jamais teria existido.

Referências bibliográficas:

DENNER, Fernando. Biopolítica e Racismo de Estado: Uma leitura do curso em defesa da sociedade (1975-1976) de Michel Foucault. Revista de Filosofia, n. 7, p. 65-80, dez. 2020. Disponível em: < <https://periodicos.ufpb.br/index.php/arf/article/view/56953>>. Acesso em: 18 Dez 2022.

JESUS, Camila Moreira de. Branquitude x Branquidade: uma análise conceitual do ser branco. III Encontro Baiano de Estudos em Cultura. Disponível em: < <https://www2.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/05/Branquitude-x-branquidade-uma-ana-%C3%83%C3%85lise-conceitual-do-ser-branco-.pdf>>. Acesso em 18 Dez 2022.

MATTOS, Hebe Maria. Escravidão e cidadania no Brasil monárquico. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

OLIVEIRA, Lorena Silva. Racismo de Estado e suas vias para fazer morrer, 112 f. Tese (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Uberlândia, UFB, MG, 2018.

PASSOS, Aruanã Antonio dos. Racismo de Estado: Michel Foucault e Hannah Arendt em perspectiva. Revista Humus, v. 3, n. 9, p. 02-22, dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicoelectronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/1908>>. Acesso em: 16 Dez 2022.

SANTANA, Fabio Tadeu de Macedo. SOARES, Marcus Rosa. Reforma Passos: Cem anos de uma intervenção excludente. Disponível em: < <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiurbana/156.pdf>>. Acesso em 16 Dez 2022.

SILVA, Claudia Rose Ribeiro. Maré, a invenção de um bairro. Rio de Janeiro, 2006 238 f. Dissertações, Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais. FGV sistema de bibliotecas. Rio de Janeiro, 2006 Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2122>>. Acesso em 27 Mai. 2020.

SILVA, Marcelo Penna da. O processo de urbanização carioca na 1ª República do Brasil no século XX: uma análise do processo de segregação social. Estação Científica (UNIFAP), Macapá, v. 8, n. 1, p. 47-56, jan./abr. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/3489>> Acesso em 23 Mai 2021

VALLADARES, Licia do Prado. A invenção da favela -do mito de origem a favela.com, Rio de Janeiro, editora FGV, 2005.páginas 22-63.